



Tamboril
PREFEITURA



DESPACHO DE COMUNICAÇÃO

Tamboril – CE, 22 de abril de 2025.

Aos senhores (as):

Lílian Silva de Sousa – Secretária da Administração e Finanças;
Cicera Erica Nascimento Santana – Secretária da Saúde;
Antonio Fábio Ferreira de Souza – Secretário da Educação;
Jailson Pereira dos Santos – Secretário da Agricultura e Recursos Hídricos;
Gabriela Gomes Martins Castro – Secretária do Trabalho e Assistência Social;
Pedro Henrique Gonçalves Rosa – Secretário de Planejamento e Governança;
Bruno Manoel Medeiros da Silva – Secretário da Cultura, Turismo e Desporto;
Antonio Rômulo Navone Veras – Secretário da Infraestrutura e Serviços Públicos.
Cícero Glaubio Campos Silvano – Secretário da Segurança Pública e Cidadania

Prezados,

Informo a Vossa Senhoria que, em conformidade com o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi interposto recurso administrativo pela empresa F L R VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 38.330.584/0001-36, no âmbito do processo de Pregão Eletrônico nº 014/2025/PE, referente ao objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E FRETAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DE TAMBORIL – CE.

Diante da interposição deste recurso, encaminho, para apreciação, as laudas do referido processo licitatório contendo as razões recursais apresentadas pela parte interessada. Ademais, informo que o recurso foi regularmente interposto dentro do prazo legal e está acompanhado dos pareceres e informações desta Agente de Contratação sobre o caso, devidamente fundamentados conforme os princípios e normas estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Cumprem-nos informar que a empresa IGL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.572.371/0001-73 apresentou contrarrazões ao recurso impetrado pela empresa F L R VASCONCELOS LTDA.

Sendo assim, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para a análise e deliberação acerca do presente recurso, conforme os trâmites previstos na legislação aplicável.

Atenciosamente,

Amanda Luiza da Silva Medeiros
AMANDA LUIZA DA SILVA MEDEIROS
PREGOEIRA

Amanda Luiza da Silva Medeiros



Centro Administrativo Julieta Alves Timbó
Rua Germiniano Rodighiero, 123 S/N
Bairro São Pedro CNPJ 07.705.817/0001-04

Pregoeira
Portaria nº 34/2025



www.tamboril.ce.gov.br
gabinete@tamboril.ce.gov.br



JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 00003.20250113/0002-24

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 014/2025/PE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E FRETAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DE TAMBORIL – CE.

Recorrente: F L R VASCONCELOS LTDA registrada sob o CNPJ nº 38.330.584/0001-36;

Contrarrazão: IGL TRANSPORTES LTDA, registrada sob o CNPJ nº 02.572.371/0001-73;

1. DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Preliminarmente observa-se que o recurso administrativo fora protocolado dentro do prazo previsto para tal, como dispõe artigo 165, inciso I da Lei nº 14.133/21.

Outrossim, a recorrente descumpriu o local designado para o protocolo das razões por escrito, deixando de enviar no próprio sistema eletrônico tendo feito através do endereço eletrônico. Mesmo assim, ao pese a irregularidade formal, prosseguiremos com o rito, passando o recurso adiante.

De toda sorte, conforme consta a recorrida apresentou as contrarrazões de modo a impugnar as alegações em sede de recurso administrativo.

Portanto, o ritual fora devidamente cumprido pelas partes, aos quais se constata a regularidade passando a conhecer os argumentos que a seguir serão fruto de debate.

2. DAS RAZÕES RECURSAIS

A recorrente apresenta constatação a decisão tomada pela Pregoeira no transcorrer da sessão a qual lhe tornou desclassificada; a saber:

O recebimento das propostas iniciou-se em 10/03/2025 e a sua abertura foi marcada para ocorrer em 27/04/2025. Inicialmente, a fase de lances ocorreria no dia 27/04/2025, às 09:00h a etapa de lances aconteceu tudo norma a F L R VASCONCELOS LTDA ofertou um lance 35,87% a baixo de valor orçado pela administração, a sessão foi encerra e no 28/04/2025 as 12:12 hs foi dado inicio a sessão, logo em seguida a F L R VASCONCELOS LTDA foi informado que estavam com seu valor INEXEQUIVEL.

Eis o *animus recorrendum*.

Por outro lado, a contrarrazoante apresenta contestação aos fatos narrados no recurso administrativo, destacando que a conduta da recorrente afronta ao edital e seus termos.





3. DOS PEDIDOS DA PEÇA IMPUGNATÓRIA

a) Determinar a anulação de INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA os atos do Pregão Eletrônico nº: 014/2025/PE a partir da fase de apresentação das propostas escritas (item 6.11 do edital), com o seu consequente refazimento;

4. DO EXAME DE MÉRITO

Inicialmente afirmamos que os posicionamentos tomados por este agente público em nome do Município de Tamboril, em razão do ato de investidura e designação de função, são baseados na legislação vigente, na jurisprudência dominantes, doutrina majoritária tal como na necessidade e no interesse público.

Ademais, as decisões tomadas em sede de recurso administrativo, no que tange ao contraditório, ampla defesa e regularidade dos atos administrativos, são pautadas nos princípios norteadores das licitações públicas.

Contudo, o objetivo aqui é único: a satisfação do interesse público com a obtenção de uma contratação apta a gerar o melhor efeito para a administração municipal de Tamboril. Celso Antônio Bandeira de Melo, em seus ensinamentos afirma:

É que, na verdade, o interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se abrindo também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais."

Portanto, é mister salientar que o interesse público perpassa por cada interesse individual. Na verdade, é a síntese da busca pelo atendimento de todos, da coletividade. Em análise ao que fora recorrido, e, em análise aos saberes apensados, passamos a analisar e julgar o mérito.

a) Da Ausência de Impugnação

O Edital e seus termos, como dito, permaneceram a mercê dos interessados e cidadãos comuns para questionamentos impugnatórios. Tal dispositivo foi trazido pelo artigo 164 da Lei de Licitações vigente, estabelecendo que os pleiteantes possam discordar e solicitar a alteração de dispositivos ali consignados.

O fato preponderante nestes casos é que nenhum dos licitantes recorrentes interpuseram contra o edital ato impugnatório, e, como já compreendido pelo senso comum, "aceitaram" mesmo que tacitamente seus termos, cláusulas e condições estabelecidos.

Neste espectro é imperioso dissertar que, se na qualidade de interessado a recorrente não impugnou o edital, também não poderia fazê-lo no momento relativo a





recursos administrativos, dado a máxima de que o edital não pode ser questionado administrativamente após a fase de interposição de recursos.

Neste mesmo entendimento Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, manifestou-se acerca do tema, senão vejamos:

O decurso do prazo decadencial previsto no art. 41, §2º, da Lei nº 8.666/93 impede tão somente a interposição de recurso perante a própria Administração, inexistindo qualquer óbice para a impugnação de normas editalícias perante o Poder Judiciário. (TJMS. Apelação Cível nº 2006.007857-5, Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro, Data de Julgamento: 30/09/2008, 4ª Turma Cível, 20/10/2008)

Em jurisprudência assemelhada, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal dispôs que se não houve a impugnação do edital no tempo específico, sequer poderia ser questionado posteriormente através de mandado de segurança:

CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO -
PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA
- LICITAÇÃO PÚBLICA - DECADÊNCIA DO
DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL - EXTINÇÃO
DO PROCESSO. 1. DEIXANDO A LICITANTE DE
IMPUGNAR O EDITAL, NA VIA ADMINISTRATIVA,
NÃO É LÍCITO FAZÊ-LO MEDIANTE MANDADO
DE SEGURANÇA, DAÍ RESULTANDO
EVIDENCIADA A AUSÊNCIA DO INTERESSE
PROCESSUAL. 2. PROCESSO EXTINTO.

(TJ-DF - MS: 50896720028070000 DF 0005089-
67.2002.807.0000, Relator: ESTEVAM MAIA, Data de
Julgamento: 02/03/2004, Conselho Especial, Data de
Publicação: 29/03/2004, DJU Pág. 44 Seção: 3)

Portanto, não cabe neste momento a invocação daquilo que naturalmente encontra-se precluído. Ora, muito embora perpassasse pelos anais da razoabilidade a ênfase lógica e objetiva trazida pelo princípio do formalismo moderado, não se pode desprezar a forma processual: ela ainda é salutar para a ordem, organização e sobretudo para a adoção da isonomia no bojo do processo licitatório.

b) Da comprovação de exequibilidade

A exequibilidade é algo fundamental e inovador prático nos processos licitatórios na atualidade. Apesar de não ser algo novo, a forma de pensar e sobretudo proteger a administração de eventuais inexecuções, tem sido fundamental no propósito das administrações na busca pelos objetivos.

Ao tratar de objetivos a serem alcançados, ressalta-se que a própria lei nº 14.133/21 em seu artigo 11 os traz com clareza:





Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

O inciso III do citado artigo, estabelece que é objetivo da administração, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento. Ora, tal demanda é fruto de sequentes fracassos e problemas de logísticas e sobretudo de incontáveis descumprimentos contratuais Brasil afora.

Neste condão, a lei não tratou com objetividade acerca do que seria ou não inexequível. Com a exceção de obras e serviços de engenharia que fez questão de estabelecer critério mais que objetivo, quando admitiu que descontos superiores a 25% dos valores estimados presumir-se-ia inexequibilidade.

Pois bem, o caso em tela trata-se de locação de veículos, ou seja, serviços comuns. Nestes casos, o próprio edital de licitação regulamenta de forma clara, estabelecendo como indicio de exequibilidade, propostas que registram descontos superiores a 25% dos valores referenciais apensados ao edital.

De toda sorte, os descontos acima em epígrafe apenas dirão à administração que os valores entram na rota da inexequibilidade, ou seja, a simples presunção.

Contudo, o agente público condutor do processo, deve conceder prazo hábil e racional para que a proponente apresente documentos que corroborem as conduções propostas.

Portanto, havendo a presunção de inexequibilidade da recorrente, a mesma teve prazo concedido para que demonstrasse livremente o contrário, que seus preços seriam exequíveis, senão vejamos:

28/03/2025 12:23 Pregoeiro(a) O(A) pregoeiro(a) solicita a participante F L R VASCONCELOS LTDA inscrita no CNPJ/MF Nº 38.330.584/0001-36, a exequibilidade até a data 28/03/2025 às 14:23. Motivo: Tendo em vista que o valor ofertado está abaixo do valor orçado pela administração solicitamos a exequibilidade. Conforme o item 6.11 do edital: No caso de a pregoeira solicitar a comprovação de exequibilidade das propostas de preços as empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação: a) Planilhas de Custos Detalhadas: a composição deverá ser detalhada de todos os custos da proposta, incluindo insumos, mão de obra, tributos,





encargos sociais, etc. b) Cálculos dos Encargos Sociais: Planilhas que demonstrem o cálculo detalhado de encargos sociais e trabalhistas, principalmente em contratos que envolvem a entrega dos produtos/execução dos serviços com mão de obra intensiva. c) Comprovação de Custos com Insumos: Documentos que comprovem os valores dos insumos utilizados, como cotações de fornecedores, notas fiscais ou contratos de fornecimento. c.1) Quando apresentado contrato de fornecimento/execução dos serviços o mesmo precisa estar vigente para ser considerado válido. c.2) Quando apresentado notas fiscais devem observar a data de emissão das mesmas, não podendo ter data de emissão superior a 60 (sessenta) dias contados retroativamente a partir da data da solicitação feita pela agente de contratação

A despeito da determinação deste agente público, condutor do certame, a mesma deixou de apresentar os documentos, nada tendo anexo ao processo eletrônico, e, em decorrência desse fato, pelo regramento positivado no edital¹, não houve outra decisão a ser tomada senão por sua desclassificação.

É o que de forma recorrente determina as cortes de contas. Neste diapasão o Colendo Tribunal de Contas Federal decidiu que o Pregoeiro não proceda com a desclassificação sumária e subjetiva, mas oportunize a comprovação da exequibilidade:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS EM LICITAÇÃO. ESTABELECIMENTO, POR PARTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO OU DO PREGOEIRO, DE CRITÉRIOS SUBJETIVOS PARA AFERIR A EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO TCU. CONHECIMENTO. DETERMINAÇÃO. Nos termos da jurisprudência do TCU, não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas

(TCU 02122320083, Relator.: AUGUSTO NARDES, Data de Julgamento: 17/02/2009)

¹6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexecuíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.





O legislador é bastante claro que após requerer tais documentos, é dever, sob pena de desclassificação, do licitante apresentar toda documentação².

Portanto, a desclassificação praticada fundamenta-se na legislação pátria, estando devidamente alinhada aos legítimos interesses da administração: a seleção de proposta apta a gerar o melhor resultado de contratação.

5. DO JULGAMENTO

Ex positis, dou CONHECIMENTO ao presente recurso administrativo para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, opinando assim, pela manutenção das decisões tomadas no transcorrer do processo licitatório, visto que todas as alegações trazidas pela recorrente não modificam o teor dos fatos, e, portanto, da decisão ora tomada.

Logo, em razão da manutenção, faço subir à autoridade competente para decisão final.

Tamboril – CE, 22 de abril de 2025.

Amanda Luiza da Silva Medeiros
AMANDA LUIZA DA SILVA MEDEIROS
PREGOEIRA

Amanda Luiza da Silva Medeiros
Pregoeira
Portaria nº 34/2025

²Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;





Tamboril

PREFEITURA

DESPACHO



A Pregoeira

Sra. Amanda Luiza da Silva Medeiros

ASSUNTO/FEITO: Julgamento de RECURSO ADMINISTRATIVO

Prezada,

Após análise do parecer e informações apresentados pela Pregoeira, principalmente no tocante a improcedência aos pedidos formulados pela empresa: F L R VASCONCELOS LTDA, inscrita no CNPJ n  38.330.584/0001-36, RATIFICO o julgamento da Pregoeira antes proferido. Por entendermos condizentes com as normas legais e editalícias, quanto aos procedimentos processuais e de julgamento do processo de Pregão eletrônico n  014/2025/PE, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E FRETAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DE TAMBORIL – CE.

De modo a preservar-se a legislação competente, e os princípios norteadores da atividade administrativa, tais quais o da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Sendo o que nos consta, subscrevemo-nos.

Tamboril – CE, 30 de abril de 2025.

LILIAN SILVA DE
SOUSA:027323213
46
Assinado de forma digital por
LILIAN SILVA DE
SOUSA:02732321346
Dados: 2025.04.30 10:17:57
-03'00'

L LILIAN SILVA DE SOUSA
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PEDRO HENRIQUE
GONCALVES
ROSA:84508787304
Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE GONCALVES
ROSA:84508787304
Dados: 2025.04.30 10:19:01 -03'00'

PEDRO HENRIQUE GONÇALVES ROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO E
GOVERNANÇA

GABRIELA GOMES
MARTINS
CASTRO:26858466894
Assinado de forma digital por
GABRIELA GOMES MARTINS
CASTRO:26858466894
Dados: 2025.04.30 10:21:57 -03'00'

GABRIELA GOMES MARTINS CASTRO
SECRETÁRIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL

Cicera Erica N. Santana
CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA
SECRETÁRIA DA SAÚDE

CICERO GLAUBIO
CAMPOS
SILVANO:80353967300
Assinado de forma digital por
CICERO GLAUBIO CAMPOS
SILVANO:80353967300
Dados: 2025.04.30 10:19:54
-03'00'

CICERO GLAUBIO CAMPOS SILVANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SEGURANÇA
PÚBLICA E CIDADANIA

Antonio Fábio Ferreira de Souza
ANTONIO FÁBIO FERREIRA DE SOUZA
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

BRUNO MANOEL
MEDEIROS DA
SILVA:02672455309
Assinado de forma digital por
BRUNO MANOEL MEDEIROS DA
SILVA:02672455309
Dados: 2025.04.30 10:20:49 -03'00'

BRUNO MANOEL MEDEIROS DA SILVA
SECRETÁRIO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

JAILSON PEREIRA DOS
SANTOS:03201178390
Assinado de forma digital por
JAILSON PEREIRA DOS
SANTOS:03201178390
Dados: 2025.04.30 10:19:28 -03'00'

JAILSON PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E RECURSOS
HÍDRICOS

Antonio Rômulo Navone Araújo Veras
ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAÚJO VERAS
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS